



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681321 - CE (2021/0226148-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : JOSE ALEXANDRE DE SOUZA NASCIMENTO
ADVOGADO : JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA NASCIMENTO - RN006242
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : DOUGLAS GABRIEL DO NASCIMENTO DE LIMA (PRESO)
CORRÉU : JARDESON DOS SANTOS LUCAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS GABRIEL DO NASCIMENTO DE LIMA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0629922-63.2021.8.06.0000).

O paciente está preso preventivamente, pela suposta prática do delito previsto no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I, c/c art. 70, na forma do art. 71, todos do Código Penal.

Nesta via, a defesa sustenta a existência de constrangimento ilegal, em razão do excesso de prazo para a formação da culpa, tendo em vista sucessivos adiamentos da audiência de instrução e julgamento.

Afirma, ainda, a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, descritos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que o juízo de origem não atentou à necessidade revisão do decreto preventivo, em consonância com o disposto no art. 316 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a custódia preventiva do paciente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE
DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE
AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO
RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.
ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar”.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Como bem ponderado na decisão monocrática, "No caso em análise não restou demonstrada, pois, de forma inequívoca, a presença simultânea dos requisitos autorizadores da medida (fumaça do bom direito e o perigo da demora)" (e-STJ fl. 32).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência